



AASPTJ-SP RETOMA PROGRAMA DE VISITAS REGIONAIS

A diretoria da AASPTJ-SP retomou em outubro o programa de visitas aos Setores Técnicos de todo o Estado. A primeira região a receber a Associação foi a de Presidente Prudente, no dia 21 de outubro. Compareceram 28 profissionais do Serviço Social e da Psicologia das seguintes comarcas: Presidente Prudente; Panorama; Dracena; Junqueirópolis; Tupi Paulista; Tupã; Mirante do Paranapanema; Catanduva; Teodoro Sampaio; Iepê; Presidente Venceslau; Regente Feijó; Presidente Bernardes; Santo Anastácio; Rosana; Lucélia; Pirapozinho; Rancharia.

A segunda visita ocorreu em São José do Rio Preto no dia 28 de outubro. A reunião aconteceu em dois períodos com diferentes públicos, conforme solicitação dos asso-

ciados, para possibilitar a presença de mais colegas.

No dia 8 de novembro foi a vez de Limeira receber a nossa equipe. O encontro foi dividido em duas etapas. Na parte da manhã a reunião foi apenas com os técnicos de Limeira para discussão de questões internas de funcionamento. À tarde a reunião foi ampliada com a presença de assistentes sociais e psicólogos de toda a região.

A região de Osasco recebeu a AASPTJ-SP no dia 16 de novembro. Estiveram presentes profissionais das Comarcas de Osasco, Barueri e Vargem Grande Paulista.

Já no dia 18 de novembro ocorreu uma reunião na sede da Asso-

ciação com associados da capital e Grande São Paulo. Além dos temas comuns às reuniões, ocorreu um debate sobre o Centro de Visitas Assistidas do TJ-SP (Cevat).

A última reunião do ano aconteceu na região de Registro no dia 2 de dezembro. O relato deste encontro fica para o próximo jornal.

Estes encontros regionais têm como objetivo:

- Aproximar-se da realidade de trabalho dos profissionais;
- Apresentar as ações desenvolvidas e as perspectivas futuras da Associação;
- Debate de assuntos de interesse das equipes

Em janeiro divulgaremos as primeiras visitas programadas para 2012. Aguarde informações!

Vivemos um tempo de mudanças.

A precarização e a superexploração do trabalho e as agressões à natureza estão gerando importantes movimentos de inconformismo e de indignação.

Vários grupos mobilizam-se no mundo todo clamando por novas formas de organização da sociedade, que valorizem o trabalho como o

fundamental metabolismo que cria o novo e transforma e humaniza os próprios homens.

Nas Festas do Final de Ano juntamos nossas energias aos daqueles que buscam novas relações sociais, resistindo ao individualismo, à competição desumana e ao salve-se quem puder impostos pelo mercado.

A Diretoria

AASPTJ-SP E CRESS-SP CONVERSAM COM DEFENSORIA PÚBLICA SOBRE DEPOIMENTO SEM DANO

No dia 24 de outubro a AASPTJ-SP acompanhou o CRESS-SP, a convite deste, em uma visita à Defensoria Pública do Estado de São Paulo com objetivo de dialogar sobre o Depoimento sem Dano, ou Escuta não Revitimizante.

Pela AASPTJ-SP participaram a primeira secretária, Maria Helena Correa e a assessora da diretoria Vilma Regina da Silva. Pelo CRESS estiveram presentes as conselheiras Aparecida Mineiro do Nascimento e Vanice Aparecida Alves. A assistente social Eunice Fávero também participou, a convite das duas organizações. A conversa foi realizada com a defensora Leila Rocha Sponton, responsável atual pelo Núcleo da Infância e Juventude da Defensoria, acompanhada pela assistente social Daiane, que também atua nesse Núcleo.

Eunice expôs brevemente a posição da AASPTJ-SP e do CFESS/CRESS, explicando porque não se configura como atribuição do assis-

tente social a participação em inquirições - diretas ou indiretas -, e expondo alguns pontos das resoluções do CFESS e também do CFP, que vedam a participação de assistente social e de psicólogo nesse tipo de atividade. Ressaltou a importância do investimento no trabalho de prevenção e proteção, o papel dos profissionais

O CRESS solicitou a reunião para dialogar a respeito do Depoimento Sem Dano, de maneira a conhecer a posição da Defensoria e colocar sua disponibilidade para efetivar ações conjuntas com vistas à proteção integral da criança.

nesse trabalho, bem como o direito (e não dever) da criança ser ouvida em audiência pela autoridade judiciária, desde que em condições de fazê-lo e mediante avaliação técnica, o que exige a capacitação e compromisso de todos os envolvidos.

Dra. Leila esclareceu que a Defensoria não tem uma posição fechada a respeito, existindo posições individuais favoráveis e contrárias sobre o tema. Mostrou-se interessada em conhecer o material que está sendo organizado pela AASPTJ-SP e CRESS sobre a “inquirição de crianças” (que será disponibilizado em breve – boa parte com base em pareceres sobre o Protocolo da “escuta não revitimizante” em fase de implantação em São Paulo), bem como manifestou disponibilidade em participar de evento que venha a ser realizado sobre o tema.

Nesse sentido, todos os participantes da reunião denotaram interesse em estreitar o diálogo com vistas à construção de estratégias que respeitem os interesses e direitos de todos os envolvidos e que visem a proteção da criança vítima e respeitem a autonomia e ética dos profissionais, sem ignorar os direitos do suposto violador.

Eunice Fávero

AASPTJ-SP REÚNE-SE COM NÚCLEO DE APOIO PROFISSIONAL

A presidente da AASPTJ-SP, Elisabete Borgianni, acompanhada das diretoras Catarina Volic (vice-presidente), Esther Katayama (primeira tesoureira), Maria Helena (primeira secretária) e das assessoras Vilma Regina e Wanderli Caruso, esteve reunida com a direção do Núcleo de Apoio Profissional do Serviço Social e Psicologia, em outubro, para tratar de assuntos relacionados às atividades desempenhadas pelas equipes técnicas de Serviço Social e Psicologia Judiciária, bem como refletir sobre questões emergentes que afetam o cotidiano profissional, sendo que a Associa-

ção trata dos aspectos políticos e o Núcleo do que se refere às questões de caráter administrativo, para que se atinja objetivos comuns tais como: a realização de concursos públicos com maior brevidade, capacitação, dentre outras demandas que vêm se apresentando.

Na ocasião, foram levantadas a questão das chefias do interior – objeto de um processo em fase de instrução; das recentes relações – aguarda-se que seja expedido uma regulamentação quanto ao controle de frequência pelos ofícios, visto que estão ocorrendo interpretações divergentes por parte dos cartorários;

discutiu-se ainda o andamento do projeto de pesquisa elaborado pela equipe técnica de Ribeirão Preto que deverá ser testado, no âmbito do TJ-SP. Foi objeto de análise também a terceirização do trabalho técnico nas Varas de Violência Doméstica, comprometendo-se ambas as partes em levantar rapidamente elementos mais consistentes para análise da matéria e providências. Por último, as representantes do Núcleo informaram que há previsão de realização de um novo ciclo de capacitação para março de 2012.

Vilma Regina da Silva,
assessora da diretoria

LANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS SERVIDORES E DO PODER JUDICIÁRIO

Ocorreu no dia 29 de setembro o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Servidores e do Poder Judiciário. O evento aconteceu na Assembleia Legislativa, sob a coordenação do deputado José Bitencourt (PDT). Também estiveram presentes os deputados Carlos Giannazi (PSOL) e Olímpio Gomes (PDT), os desembargadores Paulo Dimas, presidente da Apamagis, e Sebastião Amorim, da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Os deputados falaram sobre a importância de se valorizar o trabalho dos servidores do Judiciário paulista que são quem carrega a Justiça nas costas e fazem o TJ funcionar. Giannazi falou sobre a de-

claração da ministra corregedora do CNJ Eliana Calmon que causou polêmica na época. A magistrada disse que um dos problemas do Judiciário brasileiro é “a infiltração de bandidos escondidos atrás de togas.” Giannazi disse que a ministra está sendo “perseguida” por sua coragem e que seu partido irá apoiá-la. Tal afirmação não agradou ao presidente da Apamagis que estava presente e alegou que “no TJ-SP não há nenhum bandido”. Dimas também se mostrou insatisfeito com a fala de Giannazi de que o Tribunal está punindo servidores e dirigentes da Assojuris por manifestações realizadas durante a greve de 2010. O dirigente da Apamagis foi bastante con-

testado pelas entidades e servidores presentes.

A presidente da AASPTJ-SP, Elisabete Borgianni, falou sobre a importância da aprovação do PL 49/2009, que cria cargos de assistentes sociais e psicólogos para o interior e encontra-se na ordem do dia para votação. Ela enfatizou que nos próximos anos muitos profissionais irão se aposentar e se não forem repostos, a área da infância e juventude e família corre o risco de parar e a população será a parte mais prejudicada. “Como ficará o atendimento ao idoso que sofre violência, à criança abusada, se não houver profissionais para fazer o laudo psicossocial?”.

TJ-SP CONCEDE 1,5% DE REPOSIÇÃO

A reunião do dia 11 de outubro entre as entidades representativas dos servidores e o Tribunal de Justiça foi inusitada. É que neste dia as entidades foram recebidas pelo desembargador Jose Roberto Bedran, presidente do TJ-SP.

Bedran compareceu para anunciar que o TJ aceitava a proposta das entidades de conceder 1,5% de reajuste a partir do holerite de novembro. O percentual será abatido dos 14,69% de defasagem salarial, a que a categoria faz jus e que voltará à pauta de discussões de 2012. Também ficou para o próximo ano, a questão do pagamento dos atrasados da reposição salarial de 2010 (4,77% entre março

e novembro) e 2011 (6,43% de março e abril). “Volto a enfatizar o que disse em minha posse: nós, juízes e servidores, temos que conviver amistosamente. Vamos continuar o diálogo para chegarmos a um consenso”, afirmou ao anunciar o reajuste.

Também teve boa notícia para os cerca de 3.300 servidores aposentados por invalidez e pensionistas que, desde 2008, nada receberam de reajuste. De acordo com o presidente, o Tribunal o percentual de 5,6%, referente a março de 2008, e a revisão salarial a partir de 2010 pela Lei Complementar 1105/2010, ou seja, pelos mesmos índices da São Paulo Previdência (SPPrev).

COMISSÃO DAS ENTIDADES REÚNE-SE COM RECURSOS HUMANOS DO TJ-SP

Uma comissão que representa as entidades dos servidores do Judiciário já realizou duas reuniões com a diretora do SRH Lilian Salvador de Paula e a diretora do SGRH Diva Elena Gatti da Mota Barreto em 19 de outubro e no dia 9 de novembro.

Na primeira reunião as entidades protocolaram e discutiram as questões relacionadas a aplicação dos cálculos salariais decorrentes dos PCCs, participação paritária no comitê de avaliação e desempenho, participação paritária na comissão permanente de insalubridade, dentre outros.

O segundo encontro teve como objetivo iniciar o debate sobre a regulamentação do Instituto de Remoção, previsto no Plano de Cargos e Carreiras. Lilian apresentou alguns pontos que considera importante. As entidades também levaram suas propostas de regulamentação.

Nova reunião ocorre no dia 7 de dezembro.

FÓRUM DE DEBATES PRO ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E SINDICAL DOS TRABALHADORES EM ATIVIDADES PSICO-SOCIAIS

Aconteceu no dia 25 de novembro a última reunião do ano do Fórum de Debates Pro Organização Política e Sindical dos Trabalhadores em Atividades Psico-Sociais. O evento foi realizado no auditório das Varas Especiais da Infância e Juventude e contou com a participação de profissionais do Tribunal de Justiça, da Fundação Casa, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Desta vez, o destaque do Fórum foi o seminário “Condições de trabalho e adoecimento, organização dos trabalhadores e a conquista da redução da jornada”, que

teve como palestrantes a professora e especialista em saúde do trabalhador, Dra. Renata Paparelli e o cientista social e diretor da Assojubs, Hugo Coviello. Ela trouxe explicações técnicas e conceitos teóricos sobre o trabalho e desgaste mental. Já Hugo falou sobre sua experiência como servidor do Tribunal de Justiça de São Paulo e sobre seu trabalho na militância por melhores condições de trabalho.

Mais detalhes das palestras e do Fórum, veja no site da AASPTJ-SP.

SENADO APROVA PL DAS 30 HORAS PARA PSICÓLOGOS

O PL 150/2009 passou ileso pelo prazo para interposição de recurso, durante o mês de setembro. A categoria dos psicólogos se mobilizou e milhares de manifestos foram encaminhados aos senadores. O Sindicato dos Psicólogos enviou ofício para os senadores que assinaram recurso contra o PL das fonoaudiólogas, solicitando que não fizessem o mesmo com o PL 150. “Os mais de 240 mil psicólogos e psicólogas do Brasil saberão reconhecer o gesto de vossa

excelência” afirmava o ofício. Pedido atendido.

Agora a batalha é na Câmara dos Deputados. Lá a lei terá que ser aprovada em Plenário e há ainda a chance de que seja aprovado em acordo de líderes.

O Sindicato dos Psicólogos disponibilizou em seu site um manifesto aos deputados federais sobre o Projeto de Lei, explicando a importância da aprovação desta lei na garantia da qualificação do trabalho

do psicólogo, que lida com questões bastante complexas no seu dia a dia profissional. Basta acessar a página: <http://www.sinpsi.org/noticias.php?id=1684>

É fácil enviar a mensagem aos deputados, há um link especial para isso. Basta digitar seu nome e e-mail.

Não deixe de enviar a sua manifestação! Divulgue-a para seus amigos. Precisamos da colaboração de todos para garantirmos mais este direito!

AASPTJ-SP E ASSOCIADOS DISCUTEM TERCEIRIZAÇÃO NO TJ-SP

Fomos surpreendidos por uma publicação no site da empresa Competitividade. A nota dizia que a instituição foi contratada pelo Tribunal de Justiça paulista com a finalidade de “terceirizar” serviços que, até hoje eram realizados por funcionários concursados, incluindo assistentes sociais e psicólogos.

E os profissionais aprovados em concurso e que até agora não foram nomeados com a alegação de falta de verbas? Foi pensando nesta pergunta que a Associação marcou uma reunião com as chefias técnicas das varas da capital que estão recebendo estes profissionais terceirizados.

A reunião, que ocorreu no dia 19 de outubro teve como objetivo conhecer a realidade vivenciada por estes setores técnicos para pensarmos estratégias de estabelecer diálogo com a Presidência do TJ, para esclarecimento quanto à forma de contratação destas profissionais, questões éticas com o trabalho e registro de documentos, competências de capacitação e atribuições das profissionais contratadas com vínculo diferenciado do concurso público.

EXPEDIENTE

AASPTJ-SP – Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Diretoria: Presidente – Elisabete Borgianni,

Vice-presidente – Catarina Volic,

1ª Secretária – Maria Helena Correa,

2ª Secretária – Mônica de Lurdes Leoni Carteiro,

1ª Tesoureira – Esther Akemi Kavano Katayama,

2ª Tesoureira – Paulo Eduardo Bezerra

Conselho Fiscal: Mônica Giacomini,

Margarida Maria Buosi e Magda Melão

Suplentes: Elaine Cristina Major Ferreira

e Deise Rodrigues Amorim

Conselho Editorial: Maria Helena Correa,

Mônica Giacomini, Paulo Eduardo Bezerra

e Ana Carolina Rios

Redação e edição: ACRL Comunicação

Jornalista responsável: Ana Carolina Rios (Mtb 35.875-SP)

Diagramação: Eduardo Seiji Seki

Tiragem: 1300 exemplares

Endereço: Rua Barão de Itapetininga, 125 – 2º andar –

Conj 21 – Centro – Cep 01042-001 – São Paulo – SP –

Telefone: (11) 3256-5011

E-mail: aasptjsp@aasptjsp.org.br; Site: www.aasptjsp.org.br

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando necessariamente a opinião do responsável pelo jornal e da Diretoria da AASPTJ-SP.